



EccoS Revista Científica

ISSN: 1517-1949

eccos@uninove.br

Universidade Nove de Julho

Brasil

Cesário Hamdan, Juliana

Firmino Costa: um intelectual da República e o propósito educativo (1907 - 1937)

EccoS Revista Científica, núm. 29, septiembre-diciembre, 2012, pp. 219-235

Universidade Nove de Julho

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71524734012>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

FIRMINO COSTA: UM INTELECTUAL DA REPÚBLICA E O PROPÓSITO EDUCATIVO (1907 – 1937)

**FIRMINO COSTA: AN INTELLECTUAL OF REPUBLIC AND THE
EDUCATIVE PURPOSE (1907 – 1937)**

Juliana Cesário Hamdan

Professora Doutora em História e Filosofia da Educação

Universidade Federal de Ouro Preto – MG

julianach@globo.com

RESUMO: Neste artigo pretende-se analisar a atuação do educador mineiro Firmino Costa, retomando antecedentes históricos que estão na base das formas de sua atuação política e intelectual. Para esta análise, recorremos aos trabalhos de Alonso (2008), de Oliveira (1999) e de Carvalho (2003), considerando que trazem expressivas contribuições para a compreensão acerca das histórias das ideias em circulação entre os anos que antecederam e as primeiras décadas da Proclamação da República. As três obras, ainda que a partir de objetos e objetivos distintos, rejeitam interpretações que, por um lado, tratam a ambiência intelectual da República por meio de clivagens de tipologias de intelectuais, que estariam absorvendo passivamente as teorias europeias e americanas e, por outro, as que são marcadas por estudos que focam as ações individuais, empenhadas em levar à frente suas bandeiras ideológicas. Pelo contrário, esses autores entendem que os sujeitos estão imersos em determinadas ambiências culturais, constituídas pelas redes de sociabilidades e por repertório de ideias em circulação e, por isso mesmo têm formas distintas de atuação política e intelectual. Condicionando, esses fatores em grande medida, as possibilidades de atuação. Assim, neste artigo buscam-se estabelecer conexões entre alguns elementos da ambiência cultural presentes nos anos que antecederam e nos que sucederam a República, relacionando-os às formas de atuação política e intelectual, que informaram a ação educacional do educador mineiro. Esse movimento analítico, por sua vez, exigiu que recorressemos a algumas das formulações teóricas de Antonio Gramsci (1975), no que se refere aos sentidos da atuação dos intelectuais, como forma de compreendê-los a partir do contexto e das possibilidades de atuação que permitiriam ao educador mineiro a realização de seus intentos.

PALAVRAS-CHAVE: Intelectuais; Educação; Ideias em circulação; República.

ABSTRACT: The purpose of this article is to analyse the performance of Firmino Costa an educator from Minas Gerais State, by taking historical feedbacks which are on the basis of ways and means of his political and intelectual roles. We have, for this analysis, looked over the works of Alonso 2008, of Oliveira 1999 and Carvalho 2003, by

considering they bring up relevant contributions for the understanding of the histories of vivid ideas present between precedent years and the first decades of the Republic Proclamation. The three works even though as of distinct objects and objectives, reject interpretation that, on one aspect, deal with the intelectual Republic ambience by means of intelectual tipologies clivages which would have been passively absorbing european and american theories and, on the other hand, the ones that are stressed by studies that approach individual actions committed to the holding on ahead its ideological collors. These authors, on the contrary, understand that individuals are involved in determined cultural ambiences built up from sociability nets and by the running ideas repertory and, as to this very circusntance, they have different political and intelectual ways of acting by in a large scale, conditioning these factors to the possibilities of acting. So in this article the effort is trying to fix connectives amomg some elements of cultural ambience within the previous years to the Republic and relating them to the political and intelectual ways of acting that have enabled the educational information for the educator from Minas Gerais State. This analitycal movement, by itself had demanded that we should have resorted to some of the theoretical formulations of Antonio Gramsci 1975 as to the action senses of the intellectuals, as means of understanding them from the context and as the possibilities of acting are concerned, that have enabled the educator from Minas the achieving of their intents. .

KEY WORDS: Intellectuals; Education; Ideas in circulation; Republic.

1 Firmino Costa e a sua atuação política e intelectual

Toda a formulação teórica de Antonio Gramsci – pensador italiano do século passado – partiu da análise de contextos históricos específicos e essa “metodologia” presente em sua forma de investigar é uma condição para a adoção de qualquer uma de suas categorias na compreensão de outros contextos. Porém, se isso é verdade, suas categorias estariam irremediavelmente presas aos respectivos contextos que as originaram e seu valor heurístico para a inteligibilidade de outras realidades, comprometido. Essa é uma dificuldade que enfrentamos para considerar que Firmino Costa, na condição de intelectual e político brasileiro, contemporâneo de Gramsci, pudesse ser apreendido através da categoria de intelectual orgânico.

Para dimensionar essa dificuldade, Carlos Eduardo Vieira (2005, p. 64) aponta em duas direções. Por um lado, há a exigência de se recuperar o contexto de produção da categoria pelo pensador italiano e, com isso, a apreensão do sentido por ele atribuído. Ainda nessa mesma direção, recontextualizá-la também no próprio projeto de investigação do filósofo, como forma de conectá-la ao sistema maior das categorias por ele formuladas, as

quais são intrinsecamente relacionadas. Por outro, o objeto a ser analisado através da categoria, por sua vez, também, necessariamente, deverá ser reconhecido e qualificado através do contexto que o informa.

No nosso modo de ver, o primeiro aspecto por ele apontado representaria um trajeto analítico fecundo, na medida em que evitaria os riscos de uma adoção anacrônica e, ao mesmo tempo, genérica da categoria em questão. Contudo, justificamos de antemão que esse exercício extrapolaria em muito este trabalho e, por isso, o faremos de forma bastante abreviada. Em relação ao segundo, saímos em defesa própria argumentando que o nosso objeto de estudo, qual seja, as dimensões política e intelectual do educador Firmino Costa, serão tratados nos tópicos seguintes, a partir de seus condicionantes históricos, isto é, inseridos e analisados segundo as chaves analíticas próprias para o seu contexto. Desse modo, tendo seguido as orientações de Vieira, estaríamos respaldados.

Nesse ponto, caberia interrogar-nos sobre o que nos levaria a insistir na adoção dessa categoria e o sentido de fazê-la. Em relação à primeira questão, poderíamos usar o argumento de que o sistema de pensamento de Gramsci, a partir das últimas décadas dos anos 70 do século passado, tem sido amplamente adotado por diversos intelectuais para compreender a realidade brasileira¹, sobretudo a dos anos 1930. Todavia, ainda que razoavelmente calçada pela esteira de outros estudos, alguma fragilidade na justificativa dessa adoção para análise do nosso objeto, persistiria.

Novamente é Vieira (2005) quem vem em nosso auxílio, quando apresenta dois argumentos para a adoção das categorias gramscianas em pesquisas históricas. Um primeiro, ainda que esteja articulado a uma crítica em relação a uma adoção não-histórica dos conceitos gramscianos, presente em alguns dos estudos acima referidos, para Vieira, é dever do historiador, na perspectiva historicista do filósofo italiano, tanto operar a partir da empiria, quanto se apropriar de instrumentos de análise, isto é, das categorias. Nesse sentido, no intuito de articular o campo da história com as concepções de Gramsci, Vieira sustenta que,

[...] o seu método de elaboração conceitual [...] produziu suas ferramentas heurísticas por meio de um processo de re-significação de conceitos incorporados de outras teorias sociais. Na tensão entre empiria e teoria, Gramsci não hesitou em re-

organizar o plano abstrato em relação ao plano da realidade (VIEIRA, 2005, p. 83-84).

Essa formulação de Vieira (2005) sobre a adoção das categorias de Gramsci como instrumentos de análises para objetos históricos, ainda que permaneça a exigência de sua contextualização, já nos oferece maior comodidade com relação a nossa escolha pela categoria de intelectual orgânico para congeparar o pensamento político e intelectual do educador Firmino Costa. Contudo, é em seu segundo argumento que sentimo-nos mais resguardados, na medida em que ele insere o marco teórico gramsciano como possibilidade fecunda para a história do intelectual. Segundo ele,

[...] Gramsci, entre muitas possibilidades que seus escritos encerram, chama atenção para o papel das idéias e dos intelectuais na organização da cultura. Não obstante, sugere uma história das formas de pensamento e dos seus protagonistas encarnada nas práticas sociais (Vieira, 2005, p. 84).

De fato, a citação de Vieira sobre a adoção das categorias de Gramsci para análises históricas corrobora com a abordagem adotada para nosso objeto, isto é, o papel das concepções educacionais de Firmino Costa, como intelectual e político, no Estado de Minas Gerais, nas primeiras décadas do século XX, através de sua prática educativa. Tendo estabelecido essas premissas, podemos dar continuidade ao nosso intento, qual seja o de analisar a configuração do repertório de concepções do educador à luz da categoria gramsciana, procurando apreender o que o filósofo sardo entende por intelectual orgânico.

Como uma primeira questão que se apresenta na análise da função social das atividades dos homens, Gramsci (1975), em sua conhecida formulação, explica que, quando se distinguem as categorias profissionais entre intelectuais e não intelectuais está apenas se realizando uma mera separação na qual se atribui um peso maior às atividades visivelmente físicas e motoras ou àquelas elaborações prevalentemente intelectuais. Isso porque, efetivamente, essa distinção não existe (GRAMSCI, 1975, p. 1551).

Dessa premissa gramsciana se pode inferir que todos os homens são, em princípio, intelectuais, na medida em que toda atividade humana é

também uma atividade intelectual, independentemente do tipo do exercício profissional, isto é, com uma maior visibilidade da atividade motora ou não. Isso porque “[...] em qualquer trabalho físico, ainda que o mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora [...]”. Contudo, existe diferença entre afirmar que em todas as atividades humanas está presente a dimensão intelectual e que todos os homens realizam a função de intelectual na sociedade. Assim, todos os homens são intelectuais, mas nem todos exercem a função social de intelectual (GRAMSCI, 1975, p. 1516).

E o que se poderia entender por essa função social dos intelectuais? Primeiramente seria interessante compreendermos a adoção do termo “intelectual”. Segundo Beireb (1998), até os anos 1930 nenhum outro pensador havia atribuído ao termo a importância que o filósofo italiano o fez, no sentido de apreendê-lo como um importante instrumento de transformação no contexto da sociedade civil ou política e seria, por isso, uma das categorias mais originais do sistema gramsciano. Além disso, seu valor heurístico residiria no fato de que foi no exame de realidades concretas que o termo foi cunhado, trazendo em seu bojo a complexidade da história que presenciou, ainda que tenha sido um termo recentemente formulado (BEIREB, 1998, p. 123).

A gênese teórica do conceito parte de uma análise histórica que remonta desde o nascimento da *intelligentsia* russa, nos anos 1830 a 1840, quando um grupo de nobres se investe do dever de imiscuir nos assuntos próprios da coroa russa e, para isso, formam uma espécie de comitê, por meio do qual passam a analisar os movimentos políticos de então. Assim, a palavra, originada do latim, foi criada pelos russos e “[...] definia um novo grupo social surgido na Rússia no século XIX, isto é, uma camada de indivíduos cultos e preocupados com os assuntos públicos que, constituída inicialmente por nobres, passou a ter percepção de si mesma como grupo social particular [...]” (BEIREB, 1998, p. 123).

Contudo, foram os franceses que se apropriaram do conceito histórico do termo *intelligentsia* e formularam a “palavra ‘intelectual’ para definir o indivíduo que integrava esse grupo”. Desse modo, enquanto *intelligentsia* se referiria ao coletivo, a um grupo, o termo intelectual passou a se referir a cada um dos indivíduos que o compunham. O termo ganhou muita notoriedade com a enorme repercussão do Caso Dreyfuss, considerando que grandes nomes da

intelectualidade francesa, tais como Émile Zola, Marcel Proust e outros, se manifestaram em favor dos direitos humanos, quando defenderam o capitão acusado de alta traição pelos franceses (BEIREB, 1998, p. 124).

Dos dois casos, Gramsci pôde abstrair que o lugar social de onde se originaram os intelectuais é determinante em sua atuação, isto é, não se pode conceber um intelectual que aja de forma independente e alijada do contexto que o forma e que o informa. Tanto num caso, como no outro, a articulação dos intelectuais pressupõe uma intervenção em um contexto específico. E é precisamente esse contexto que, de certa maneira, condiciona o sentido da intervenção escolhida, a qual se deu de forma muito distinta em cada um dos casos. Para o pensador, a concepção segundo a qual um intelectual atue cindido do restante da sociedade advém de uma leitura idealista do mundo, isso é, que não considera as condições materiais e culturais de sua produção e, sobretudo, de sua apropriação.

Analizando as duas formas de intervenção, Gramsci pôde ainda absorver outra dimensão da realidade. O contexto social no qual está inserido, ou seja, o lugar de onde fala, e a forma de sua articulação com o conjunto da sociedade, isto é, o sentido de sua atuação faz com que se possa agregar mais uma acepção ao termo, através da aglutinação de outra palavra. Desse modo, o termo “orgânico” agregado ao “intelectual” aparece no sentido de informar que tipo de atuação ou de articulação esse intelectual realiza com o conjunto da sociedade. Tanto no caso da *intelligentsia* russa como no caso Dreyfuss, há uma intervenção de tipo orgânica por meio da atuação dos intelectuais. Mas, enquanto na primeira ela se restringiria aos próprios interesses da nobreza, no segundo pressupõe uma atuação mais ampliada e provoca, por isso, algum tipo de mobilização na sociedade civil.

Com a formulação e adoção da categoria “intelectual orgânico”, Gramsci pôde, de certa forma, revolucionar a concepção vigente de intelectual, na medida em que atribuiu a esse a função social de organizador. Ele chama de organizador aqueles homens que têm capacidade de mobilizar outros homens em torno de uma ideia, de um ideal, de um movimento, organizando, assim o tecido social de forma diferente. Todavia, o fazem através de uma profunda capacidade reflexiva sobre si mesmos e sobre o conjunto da sociedade (BEIREB, 1998, p. 125).

Embora o lugar social marque o local de onde se fala, a capacidade organizativa, tanto da cultura quanto de outras instâncias sociais, inerente

à função de intelectual orgânico, não se restringiria a determinados meios ou classes sociais, ainda que esse represente uma espécie de elite, no sentido de seu papel de articulador com as demais classes sociais. Por isso, outra virtude da categoria, seria a da ressignificação do papel de agentes sociais, que exercem atividades intelectuais e que, não necessariamente, seriam oriundos das camadas privilegiadas, tais como os professores, os artistas, os militantes políticos, os líderes religiosos, o cientista, dentre outros (BEIREB, 1998, p. 127).

Para chegar a essa formulação, Gramsci analisou diversos contextos históricos, examinando o papel dos intelectuais, no sentido de provocar uma determinada organização cultural, em relação com diversas instâncias sociais, dentre elas, as diferentes camadas sociais, o Estado, a escola, a imprensa e a Igreja, sobretudo, em países em que já se verificara algum tipo de revolução. Com isso, ele observou que a força organizativa dos intelectuais tem o poder intrínseco de formar ou catalisar determinada vontade popular, na direção de uma transformação social. Todavia, essa transformação social, pela via cultural, tem diferentes perspectivas para diferentes contextos históricos (BEIREB, 1998, p. 125).

No nosso modo de ver, a teoria gramsciana iluminou nosso objeto em duplo sentido. O primeiro deles se refere à soldagem teórica entre as dimensões de intelectual e político que informa a atuação do educador. Neste trabalho, estamos qualificando a ação educativa de Firmino Costa sempre sob a perspectiva de intelectual e político, nunca apenas sob uma das duas categorias. Nossa intenção é a de, por um lado demonstrar como, historicamente, essa aglutinação se explicou. Pudemos identificar as razões históricas e contextuais brasileiras para que a atuação dos intelectuais, sobretudo, na época pré-republicana, mas também depois, foi, ao mesmo tempo, política e uma não poderia ser compreendida sem a outra, reciprocamente.

Por outro, a análise que realizamos sobre a trajetória do educador de Lavras caminha ao encontro da formulação de intelectual orgânico de Gramsci, porque aí as dimensões política e intelectual de sua atuação são soldadas, por sua vez, a partir de sua articulação com a cultura. Como forma de concluir este tópico, podemos apresentar a mais sintética elaboração da categoria encontrada na obra do filósofo. Segundo ele, o intelectual orgânico é especialista, pois detém algum conhecimento sobre certa área, e

é político, pois exerce a função de dirigente, na medida em que usa do seu conhecimento para organizar alguma instância social, sobretudo, através da cultura (GRAMSCI, 1975, p. 1551).

Outro aspecto, cuja teoria gramsciana contribuiu de forma expressiva para a compreensão do nosso objeto, se refere à ênfase atribuída por ela à questão da organização cultural. Essa abordagem nos permite retornar às práticas cotidianas do exercício de educador, diretor, professor, bem como às concepções de educação que subjazem a essas ações, na medida em que implicam em ações sistemáticas, persistentes, de implementação de estratégias cuidadosamente elaboradas, avaliadas, retomadas, num contínuo exercício de persuasão, de convencimento ativo, de envolvimento de toda uma rede de sociabilidade, para a consecução do fim que se preende. Nesse sentido, Gramsci assegurava que “[...] o modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas no misturar-se ativamente à vida prática, como construtor, organizador, [um] ‘persuasor permanente’ [...]” (GRAMSCI, 1975, p. 1551).

2 Atuação de Firmino Costa no espaço público mineiro: a instrução pública em primeiro lugar

Para compreender a atuação intelectual e política de Firmino Costa, no contexto pré-republicano e nos anos subsequentes, foi importante considerarmos que, nascido em 1869, ele cresceu sob os auspícios das ideias e dos movimentos que antecederam a República, inclusive dentro de sua própria casa, considerando o posicionamento político do seu pai, de marcada tendência liberal republicana. Tendo permanecido algum tempo em São Paulo, enquanto estudava, também pôde ver mais de perto e com maior intensidade os debates que acompanhavam os últimos suspiros do Império que se desmoronava. Contudo, mesmo considerando a experiência advinda dessa viagem, parecem ter sido as leituras e as redes de sociabilidade as maiores informantes para a constituição do seu repertório. Foi conveniente, nesse ponto, interrogar, que leituras e informações o educador teve acesso, ou ainda antes, que porque as leituras e informações a que ele teve acesso estavam em circulação no período.

Ao buscarmos as conexões de Firmino com as ideias em circulação na ambiência cultural, não estamos tentando afiliá-lo artificialmente e postumamente a uma ou outra manifestação cultural ou a um determinado sistema de pensamento. Tampouco defender que ele possa ter sido um porta-voz dessas, influenciado pelo prestígio cultural que pudesse advir dos movimentos ali presentes. Nossa intento é o de identificar, por meio delas, alguns dos elementos do repertório que foram adotados pelo educador como sustentação de suas ações, na forma de uma herança, assimilada ativamente, que possa ter impregnado sua forma de pensar e de agir. Dessa forma, a compreensão delas permitiu-nos entender um pouco mais os posicionamentos do educador.

Contra a ideia da passividade dos sujeitos frente às influências de determinados sistemas teóricos ou da ausência de criatividade e originalidade na apropriação dos mesmos, Michel de Certeau (1994) nos esclarece que não é possível pensar dessa forma, nem mesmo com relação aos próprios autores das ideias e pensamentos em questão, porque “todo lugar ‘próprio’ é alterado por aquilo que, dos outros, já se acha nele.” Dessa forma as apropriações sempre particulares são possibilitadas por meio de “[...] intercâmbios, leituras e confrontos que formam as suas condições de possibilidades, cada estudo particular é um espelho de cem faces (neste espaço os outros estão sempre aparecendo), mas um espelho partido e anamórfico (os outros se fragmentam e se alteram)” (p. 110).

Quando pensamos sobre a ambiência intelectual no limiar da República brasileira, estamos considerando que havia um conjunto de ideias em circulação, tanto aquelas oriundas de sistemas teóricos europeus ou americanos como também do próprio arcabouço dos pensamentos nacionais. De um ou de outro modo, essas ideias eram mobilizadas pelos atores sociais conforme a necessidade o exigia. Traduzidas tanto em maneiras de pensar como também nas de agir, ou seja, nas práticas sociais, fizeram parte do repertório de atuação dos intelectuais e políticos como forma de enfrentamento das questões específicas do período e do contexto brasileiro. Portanto, partindo das assertivas de Certeau (1994), ressaltamos que não se trataria de adoção passiva ou de mera importação de ideias. Bem ao contrário, o conjunto de informações com as quais se operava foi profusamente alterado pelas condições de apropriações existentes e esta-

vam em constante movimento de reelaboração e reapropriação por alguns dos atores sociais.

O fato de, a partir de 1874, o Brasil ter passado a receber e a emitir notícias e informações, via cabo telegráfico submarino, conectando-o à Europa, aos Estados Unidos e mesmo entre as cidades brasileiras, foi um aspecto que agilizou bastante os processos de circulação das informações, as quais até então chegavam de navio ou de trem, com semanas de atraso. Esse progresso, somando-se a outros aspectos igualmente relevantes, tal como a possibilidade de maior e mais rápida locomoção permitida pelo desenvolvimento dos meios de transportes, provocou uma série de modificações na lógica da produção econômica, mas, sobretudo, política e intelectual. Às expressões do progresso tecnológico, somadas aos progressos relativos às tipografias e à impressão, impactaram sobremaneira a prática dos intelectuais e políticos em formação, pois baratearam os custos e ampliaram a edição de diversos títulos. Nesse sentido, Angela Alonso afirma que, “[...] a abertura de livrarias, editoras e jornais intensificou a circulação da informação, expandindo o universo intelectual para além da elite política [...]” (2002, p. 94).

Paulatinamente, a sociedade civil se amplia e, ao menos aqueles que tinham algum recurso cultural e também econômico passam a ter acesso às informações e publicações, quase que concomitantemente à sua produção. Com isso, observa-se uma participação mais qualificada e cada vez maior da sociedade civil no debate sobre as questões da época, tanto em termos de novos interlocutores quanto em termos da pauta do debate. Desse modo, a origem social dos intelectuais e políticos, até então associada obrigatoriamente às elites, começa a apresentar-se através de um cenário um pouco diferente.

Novos atores, diferentes entre si, levantam novas vozes sobre antigas questões tais como a escravidão, a monarquia, a instrução pública, mas, especialmente, sobre a República, e passam a buscar formas de se expressarem publicamente. Estava claro que, no novo quadro social, os intelectuais e políticos que queriam fazer-se ouvir não mais poderiam ser distinguidos apenas pelo perfil econômico. Eram filhos de diferentes classes sociais e de todas as profissões: desde pequenos proprietários rurais até grandes latifundiários, desde acanhados comerciantes, até militares de toda patente. Todavia, deveriam necessariamente ser ao menos portadores de alguns re-

cursos que os possibilitassem à informação e, também tornarem públicas suas insatisfações (ALONSO, 2002, p. 100-101).

Se não se pode afirmar que Firmino Costa originava-se de uma família humilde, também não é verdade que ele fazia parte das camadas mais abastadas. Seu pai de ex-combatente passou a ser trabalhador da lavoura e depois proprietário de um comércio em Lavras. Pudemos constatar que eles tinham recursos para investir na educação dos filhos, pois Firmino teve inclusive a oportunidade de ir para São Paulo, para completar seus estudos. Contudo, não chegou a cursar a faculdade.

As leituras sobre a vida de Firmino apresentaram algumas indicações de que seu pai tenha engrossado o coro dos descontentes com a ordem Saquarema, sobretudo se considerarmos sua participação nas diversas revoltas que marcaram o período. Assim, parece-nos que o educador tenha sido formado sob a pujança das contestações presentes sob a ambiência intelectual, ainda que de Lavras.

Um mote que permeou boa parte dos debates da época, de certa forma, presente nas revoltas, é a questão nacionalista que, embora tenha se apresentado por meio de diversos matizes, convergia para a construção da identidade e da alteridade nacionais, perfiladas pela preocupação com a salvação nacional. Nesse sentido, se não iam aos campos de batalhas, os intelectuais da época se atribuíam o papel de responsabilidade pela criação e preservação de uma tradição que justificasse e, ao mesmo tempo, sustentasse seus descontentamentos e bandeiras. Assim, “o ideário nacionalista” foi uma construção elaborada pelos intelectuais e a eles deve ser atribuída, em grande parte, a sua difusão. Segundo Lúcia Lippi Oliveira (1990, p. 189):

Independentemente da sua origem de classe, da sua formação bacharelesca ou especializada, mantiveram-se ocupados em “pensar” o Brasil e em propor caminhos para a salvação nacional. Ao atuarem na construção de consciências coletivas, os intelectuais consideraram-se imbuídos de uma missão e procuraram difundir suas propostas.

O que caracterizaria predominantemente o clima de contestação presente na ambiência intelectual pré-republicana eram as restrições com relação a oportunidades de expressão e de atuação das novas vozes sociais

que se constituíam. A argamassa que unia, principalmente, os mais diferentes grupos de contestação no final do século XIX era a insatisfação com a situação de exclusão que viviam com relação ao *status quo* Saquarema, isto é, um regime fechado, ultrapassado, conservador, sem espaço para novos empreendimentos e perspectivas. Nesse sentido, eles não vinham de uma mesma formação acadêmica, nem de uma mesma origem social e econômica. Eram de todas as classes sociais: desde filhos de altos funcionários públicos, como de pequenos lavradores ou de grandes proprietários rurais, militares ou comerciantes. Nem mesmo eram originados prevalentemente de uma mesma província, mas guardavam entre si uma disposição para a contestação (ALONSO, 2002, p. 161).

Duas décadas depois, a forma arrojada e assertiva com que o educador Firmino Costa pautava sua atuação política e intelectual pode ter sido condicionada pelo clima de contestação do qual compartilhava enquanto se formava. Do mesmo modo como ele reivindicava dos seus superiores aquilo que pensava ser de direito para a realização do projeto educacional. Mostrava-se bastante seguro e com um forte arcabouço teórico de argumentação disponível tanto para anunciar sua adesão incondicional à Reforma de João Pinheiro, em 1906, como para denunciar publicamente aquilo que ainda era moroso e ineficiente nos anos subsequentes em que uma nova educação em Minas lutava para se firmar.

Podemos ressaltar ainda dois pontos relevantes entre os aspectos da ambição intelectual republicana e da prática de Firmino Costa: o primeiro é a indissociabilidade da dimensão política e intelectual presente de forma praticamente inconteste entre todos os membros do período, isto é, as ações políticas eram necessariamente sustentadas e articuladas por atividades intelectuais e vice-versa, a ponto de não se poder separar uma da outra. De acordo com Alonso, “[...] os membros do movimento intelectual foram participantes ativos do debate político. Foi em busca de recursos para a compreensão da conjuntura e de armas para a luta política que esses grupos recorreram a um novo repertório intelectual [...]” (2002, p. 101).

A exemplo do que aconteceu com o movimento contestador pré-republicano e que teria contribuído para a formação de Firmino Costa, sua atuação educativa sempre esteve informada pela ótica da aglutinação da dimensão política e intelectual. No nosso modo de ver, tanto a posição de político e de intelectual condicionou a atuação como educador, como

foi, por sua vez, condicionada por esta. Isso nos permite afirmar que a ação educativa estava imbuída da causa social, ou seja, era expressão de um compromisso, que ele mesmo se propôs, com as transformações sociais e políticas, necessárias para a construção da almejada pátria, nos padrões de modernidade e desenvolvimentos exigidos pelas novas racionalidades.

O segundo ponto seria aquele que era recorrente à criação e à participação dos intelectuais em diversos tipos de associações, como forma de dar visibilidade ao conjunto das respectivas contestações e às proposições. Fossem elas cívicas, literárias, militares, de voluntariado, de jornais, dentre muitas outras, tinham uma intenção pedagógica e de convencimento, isto é, eram espaços de discussão de ideais ou de mobilização da sociedade e representavam o que Alonso (2002, p. 153 e 261) chamou de “solução pedagógica” para os problemas sociais e políticos.

Firmino Costa, durante a direção do Grupo Escolar de Lavras, do Ginásio de Barbacena e da Escola Normal, criou e, naturalmente, participou de diversas organizações desse tipo. Basta citar o caso da Caixa Escolar e o da Assistência Escolar e o papel que elas tiveram junto à comunidade lavrense. Da mesma maneira a criação do museu e da biblioteca – ainda que recomendada pela legislação –, assumiu um lugar de propagação da cultura na sociedade local, como de resto, também, todo o grupo em si. Para desenvolver a biblioteca e o museu, além de estimular a aplicação ao estudo, criou a Sociedade Infantil de Estudo, em 1915, cujo estatuto foi por ele elaborado e publicado em seu nono relatório anual (COSTA, 1916, p. 9, Relatório do Grupo Escolar de Lavras). Defendeu a importância do movimento criado pelo general Baden-Powell, na Inglaterra, chamado de *Boys Scouts* para a educação física e cívica dos jovens (COSTA, 1913, p. 91). Antes disso, participou do clube dos republicanos de Lavras e depois disso, esteve ligado a associações, principalmente educativas, de forma bastante atuante, como veremos mais à frente.

Por outro lado, a maior parte dos intelectuais e políticos republicanos na maior parte do mundo ocidental privilegiou a imprensa como forma de dar maior visibilidade às respectivas causas e, com isso, colocá-las em circulação (ALONSO, 2002, 153 passim). Sobre esse aspecto restamos apenas reforçar a ideia de que Firmino usou fartamente a estratégia. Não só publicou seus artigos, livros e relatórios nos órgãos da imprensa de maior visibilidade no estado, como criou e escreveu um boletim, *Vida*

Escolar, reconhecido oficialmente pelo então secretário, Carvalho Brito, cuja leitura foi recomendada, através da sua publicação no jornal oficial do estado, *Minas Gerais*.

Nos textos publicados era nítida a preocupação de apresentar nomes e ideias de teóricos cujas opiniões tinham visibilidade e denotavam prestígio sem, contudo, apresentar necessariamente algum tipo de fidelidade teórica. A questão das fidelidades a determinadas classificações ou afiliações teóricas, Oliveira (1990), considera que os intelectuais do período estavam muito mais preocupados em construir uma nação, ou aquilo que a autora chama de “atualização do Brasil”, isto é, a elite intelectual estava mais voltada para “[...] a ação política propriamente dita, cujo compromisso era mais com a prática do que com o rigor doutrinário ou teórico” (p. 90). De certa forma, a autora chama a atenção para a inocuidade de rotulá-los, mantendo-os constritos a um ou outro lugar. Todavia, ressalta ainda, “[...] o combate ao antigo regime e certa dose de lusofobia eram aspectos presentes no pensamento de todos os que desejavam uma nova sociedade, moderna, industrial e menos autoritária” (p. 94).

Tentar enquadrar determinado intelectual ou político em certa doutrina de pensamento, ainda que ele possa de fato assumir diversos matizes dessa, não seria profícuo para compreender a complexidade das relações históricas que o posicionamento implicaria. Entretanto, ao ignorá-las incorreríamos num risco tão restritivo quanto esse. Assim, buscamos em nosso estudo, a compreensão dos lugares a partir dos quais Firmino teria se formado para a produção do seu lugar.

As atividades educacionais de Firmino Costa, como diretor, professor ou ainda escritor, direcionavam-se para a concretização de uma educação que fizesse frente aos problemas de um país que, nas representações dos intelectuais do período, estava longe de ser uma verdadeira nação, sobretudo, levando-se em consideração o atraso social, político e econômico. Um dos principais instrumentos sociais que poderia modificar esse estado de coisas seria a educação. Porém, a educação necessária deveria ser renovada, alinhada às experiências dos países mais desenvolvidos e, mais do que isso, organizada segundo um sistema, um conjunto de diretivas que estabelecesse as bases para o seu progresso.

A *Revista do Ensino* cumpriu importante papel para a conformação do cenário educacional mineiro, naqueles tempos em que, tendo Francisco

Campos, como Secretário do Interior, sob o governo de Antonio Carlos, entre 1926 e 1930, a educação passa a exercer, de forma mais eminente, a função de amoldamento do povo, visando a um maior controle social. Francisco Campos considerava que muitas ideias da educação nova atendiam perfeitamente aos objetivos da educação primária e técnica, então da alçada do estado. Foi assim que elas serviram como referência para elaboração de sua reforma em 1927, batizada de “Reforma Francisco Campos” (PEIXOTO, 1982, p. 73).

A concepção de indivíduo e de sociedade ocupou lugar central nas premissas educacionais da Reforma Francisco Campos. As ciências do comportamento e a biologia foram tomadas como marcos explicativos do desenvolvimento humano para a condução de uma aprendizagem que considerasse as necessidades próprias da infância e a sua interação ao meio social. As referências teóricas para fundamentar os estudos foram apropriadas das ideias em circulação, prevalentes na ambiência educacional brasileira. Dentre elas, as dos americanos, especialmente John Dewey e Kilpatrick, e dos europeus Decroly e Edouard Claparède, mas de muitos outros pensadores (PEIXOTO, 1982, p. 204).

Para que as novas proposições educacionais alcançassem seu intento, todavia, Francisco Campos precisaria contar com certo número de educadores e técnicos dispostos a colaborar com o proclamado progresso social a ser atingido por meio da educação. Dentre outras coisas, seria preciso mobilizar educadores com trânsito reconhecido entre o professorado de Minas. Se podemos considerar que o intento de Francisco Campos para a educação mineira alcançou algum êxito, certamente foi, sobretudo, pelo esforço e dedicação daqueles que estavam posicionados perto o suficiente do governo e de seus políticos para que pudessem interferir, em alguma medida, na conformação que a legislação foi assumindo. Ao mesmo tempo, longe o bastante, tanto para ouvir os clamores do professado na lida diária com os problemas que uma educação em processo de constituição apresentaria, quanto para transformar os reclames em críticas e emendas exigidas pelo mesmo processo. No nosso modo de entender, era precisamente esse o lugar ocupado por Firmino Costa.

Depois de dirigir o Grupo Escolar Firmino Costa por 18 anos, o diretor é convidado a ocupar o cargo de Reitor do Internato do Ginásio Mineiro, em Barbacena, em 1925. Data daí o primeiro artigo publicado na

Revista do Ensino, ao qual tivemos acesso. Constatando-se o êxito de seus trabalhos à frente do estabelecimento secundário para moços, o educador passa a ser convidado, com muita frequência, a proferir palestras na capital. Pouco tempo depois, quando se instala o governo de Antonio Carlos, é convidado a ocupar a direção técnica do Curso de Aplicação da Escola Normal de Belo Horizonte e, posteriormente, assume a direção geral do referido instituto educacional, além de colaborar sistematicamente para a reforma do ensino, debatendo os temas pedagógicos.

Antes, porém, o educador consolida a posição de homem nacionalmente conhecido, sobretudo, nos meios educacionais. Os primeiros anos da década de 30 do século passado ainda presenciariam uma ativa participação em eventos de nível nacional como as conferências, promovidas pela Associação Brasileira de Educação (ABE) e conheceriam as principais obras publicadas do educador, tais como *Vocabuário analógico* (1933) e *Pela escola activa* (1935).

Nota

- ¹ Sobre a difusão das concepções de Gramsci no Brasil, consultar Coutinho, (1999 e 1998) e Vieira (2005 e 1999).

Referências

- ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, 392 p.
- BEIREB, José Luís Benedichio. A função social dos intelectuais. In: AGGIO, Alberto. *Gramsci, a vitalidade de um pensamento* (Org.). São Paulo: Editora UNESP, 1998, 121 p.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Vol. 1 – Artes de Fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, 351 p.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, 345 345 p.
- COSTA, Firmino. *Relatório do Grupo Escolar de Lavras*. 1916.
- COSTA, Firmino. *Relatório do Grupo Escolar de Lavras*. 1913.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci, um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, 320 p.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Torino: Giulio Einaudi Editore. Prima edizione “Nuova Universal Einaudi”, 1975. Cinque Volumi.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, 208 p.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. *A educação no Brasil, anos 20*. São Paulo: Loyola, 1982.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Conhecimento histórico e arte política no pensamento de Antonio Gramsci. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *Pensadores Sociais e História da Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, 63 p.

A
R
T
I
G
O
S

Recebido em 24 fev. 2012 / Aprovado em 19 jun. 2012

Para referenciar este texto

HAMDAN, J. C. Firmino Costa: um intelectual da República e o propósito educativo (1907 – 1937). *EccoS*, São Paulo, n. 29, p. 219-235. set./dez. 2012.

